



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2021

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	-	-
DEFICIT (VI)			593.932.375,09	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	593.932.375,09	-



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2021

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		1.855.406,52	1.855.406,52	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2021

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	474.532.000,00	590.813.406,52	590.594.345,58	587.180.208,84	587.154.208,84	219.060,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	324.532.000,00	466.851.490,00	466.790.508,67	466.790.508,67	466.790.508,67	60.981,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000.000,00	123.961.916,52	123.803.836,91	120.389.700,17	120.363.700,17	158.079,61
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	3.248.000,00	3.338.040,00	3.338.029,51	974.639,42	974.639,42	10,49
INVESTIMENTOS	3.248.000,00	3.338.040,00	3.338.029,51	974.639,42	974.639,42	10,49
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	477.780.000,00	594.151.446,52	593.932.375,09	588.154.848,26	588.128.848,26	219.071,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	477.780.000,00	594.151.446,52	593.932.375,09	588.154.848,26	588.128.848,26	219.071,43
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	477.780.000,00	594.151.446,52	593.932.375,09	588.154.848,26	588.128.848,26	219.071,43
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2021
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	1.513.713,81	1.367.234,65	1.367.234,65	146.479,16	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	1.513.713,81	1.367.234,65	1.367.234,65	146.479,16	-
DESPESAS DE CAPITAL	1.664.839,62	6.358.271,29	4.292.057,80	4.292.057,80	2.769.651,66	961.401,45
INVESTIMENTOS	1.664.839,62	6.358.271,29	4.292.057,80	4.292.057,80	2.769.651,66	961.401,45
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.664.839,62	7.871.985,10	5.659.292,45	5.659.292,45	2.916.130,82	961.401,45

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2021
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	9.250,00	9.250,00	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	9.250,00	9.250,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	72.365,44	2.787,35	75.152,79	-	-
INVESTIMENTOS	72.365,44	2.787,35	75.152,79	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	72.365,44	12.037,35	84.402,79	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2021

INFORMAÇÕES GERAIS

Ministério Público é o órgão Estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Embora não sendo um "Poder", o Ministério Público é uma instituição independente, e apesar de ligada ao Estado, não é vinculada a nenhum dos poderes da República, sendo dotada de ampla autonomia administrativa, funcional e financeira, exercendo parte da soberania estatal.

A Procuradoria Geral de Justiça é a unidade administrativa central do Ministério Público do Estado, é a sede funcional do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Item	Descrição	Comentário
1	Bases de mensuração – Reconhecimento e Mensuração de Ativos .	Os ativos não financeiros/imobilizados foram ajustados tendo como base as diretrizes do Ato Regulamentar N.º 026/2019 – GPGJ que dispõe sobre os procedimentos a serem utilizados para o reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados, assim como para a implementação da depreciação.

1 - NOTAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

Item	Descrição	Comentário
1	Detalhamento das receitas e despesas	Os valores que constituem a receita são na verdade repasses realizados pelo Tesouro Estadual no valor de R\$ 594.158.467,49. A execução orçamentária, no exercício de 2021 foi de R\$593.932.375,09.
2	Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial,	A Lei Orçamentária Anual autorizou inicialmente recursos no valor de R\$ 477.780.000,00. No exercício, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 116.371.446,52.

	suplementar, especial e extraordinário)	
3	Procedimento adotado em relação aos restos a pagar .	Do total de R\$ 9.536.824,72, inscrito em restos a pagar não processado em 2021, foram pagos até o mês de dezembro o valor de R\$ 5.659.292,45. Foram inscrito em restos a pagar processado o valor de R\$ 84.402,79 pagos em sua totalidade no exercício de 2021.

2 - NOTAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP (Itens Relevantes)

Item	Descrição	Comentário
1	Detalhamento de Caixa e Equivalentes de Caixa	Por força de alteração compulsória por parte do Banco Bradesco, o domicilio bancário, agência 11525, conta corrente 801194 foi alterado para a agência 26174, conta corrente 2151197, a qual só foi percebida no exercício de 2022. No mesmo exercício, foi percebida também uma alteração do saldo da conta corrente 2151197, agência 26174. Assim, foram implementadas medidas para a recuperação da diferença financeira, cuja comprovação se deu no extrato do novo domicilio bancário, tendo sido providenciada ainda a alteração contábil do domicilio no exercício corrente.
2	Detalhamento do Imobilizado .	A conta Imobilizado é constituída por bens móveis no valor de R\$ 68.806.184,77 menos sua depreciação no valor de R\$ 44.310.666,35 e por bens imóveis no valor de R\$ 174.917.074,22. A depreciação de imóveis totalizou R\$ 2.848.303,51.
3	Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo .	A conta demais obrigações a curto prazo é constituída por valores referentes a seguro garantia de R\$ 5.525.125,56 e consignação em folha a pagar no valor de R\$ 1.246,89.

3 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP (Itens Relevantes)

Item	Descrição	Comentário
1	VPA - Transferências e Delegações Recebidas.	Transferências Intragovernamentais constituem valores repassados pelo Tesouro Estadual no valor de R\$ 594.158.467,49, transferência de bem móveis e imóveis do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão no valor de R\$ 1.340.520,33, transferência entre contas da mesma unidade gestora no valor de R\$ 430.000,00 e valores referente a estornos de R\$ 122.527,78.
2	VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.	O valor constante na conta uso de material de consumo é resultante, também, de despesas concedidas por meio de suprimentos de fundos.

5 – TRANSPARENCIA FISCAL

As ações resultantes da execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Procuradoria Geral de Justiça, estão de forma pormenorizada e em tempo real, disponível no site oficial desta casa: <https://www.mpma.mp.br/index.php/transp-execucao-orcamentaria-financeira>.

Em 17/03/2022

TATIANA ALVES DE PAULA
COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS